

fieldset { width: 100%; min-width: 0;}fieldset { padding: 0; margin: 10px 0 10px 0; border: 0; min-width: 0;}legend { display: block; width: 100%; padding: 0; margin-bottom: 18px; font-size: 16px; line-height: inherit; color: #666; border: 0; border-bottom: 1px solid #e5e5e5; font-weight: bold; font-family: Calibri !important;}.preview { background-color: #FFFFFF; color: #000000; font-family: Calibri !important; font-size: 12pt; }.preview h1, h2, h3, h4, h5, h6 { display: block; font-weight: bold;}.preview ul, ol { padding: 0; margin-inline-start: 2em; list-style: auto;}.td, th { padding: 3px !important; } SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Número da Contratação - SISLOG108584Número do Processo - SEI202400005030331 Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021 e com o Decreto Estadual nº 10.207 de janeiro de 2023, o Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável. SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO 1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos. 1.2. Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público. Previsão no Plano de Contratações Anual: 1.3. A demanda a ser contratada está prevista no PCA 2023/2024. Alinhamento Estratégico: 1.4. Esta pretendida contratação apresenta conformidade com os Programas e Ações do PPA 2020-2023 relacionados às atribuições desta Pasta, em conformidade com as suas competências, nos termos da Lei Estadual nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023. Justificativa da Contratação: 1.5. A presente contratação justifica-se pela necessidade de dar continuidade ao tratamento dos pacientes cadastrados na CEMAC contemplados pelo CEAF, sendo que esses medicamentos são de uso contínuo e de alto custo, utilizados no tratamento de Doenças Crônicas e Raras, sendo fundamental para o controle da saúde do paciente. 1.6. A ausência do objeto desta contratação poderá ocasionar os seguintes prejuízos: Interrupção do tratamento e consequente agravamento dos sintomas das patologias. SEÇÃO 2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO Definição da solução escolhida 2.1. Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar: Fornecimento de Bens e Materiais - Contratações - processo com modelos adaptados às peculiaridades da SES Característica do objeto: 2.2. Procedimento Licitatório para Registro de Preços, o qual estabelecerá uma ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP, para eventual aquisição de medicamentos contemplados pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF e padronizados pelo Ministério da Saúde, para atender à Central Estadual de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa - CEMAC. 2.3. O objeto a ser contratado é Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021. 2.4. A solução adotada trata-se de objeto comum, pois: 2.4.1. é encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades; 2.4.2. é ordinário, sem peculiaridades ou características especiais; 2.4.3. é apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e 2.4.4. sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado. Definição da natureza de execução do objeto: 2.5. A execução do objeto contratado pode ser considerado de natureza não continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que são serviços de fornecimentos contínuos aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. Regime de fornecimento: 2.6. Tendo em vista a necessidade de fornecimento dos bens ou serviços contratados, a entrega será prestada de forma parcelada, sob demanda. Justificativa da escolha da solução: 2.7. Trata-se de solução única, visto que as características dos materiais a serem fornecidos foram padronizados pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS de Consolidação nº 2 e suas atualizações, de 28/09/2017, que regulamenta e aprova o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF como parte da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, não sendo possível a disponibilidade de solução diferenciada. SEÇÃO 2 - DESCRIÇÃO A SOLUÇÃO Do Sistema de Registro de Preços 2.8. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP). É a escolha mais adequada, os medicamentos são de uso contínuo, disponibilizados mensalmente, o que impossibilita definir previamente e com precisão o que será consumido em um determinado período, necessitando de reposição frequente, sempre observando essas variações de consumo. O SRP permite maior otimização do orçamento, reduz o número de licitações, permite obtenção de preços menores pela economia de escala, agiliza o processo de aquisição e da rapidez a contratação, possibilita aquisição de quantidades pequenas, com melhor preço, evita a formação de grandes estoques, permite comprar quantidades necessárias para um período definido, trazendo mais segurança na aquisição do fármaco quanto ao seu uso dentro do prazo de validade, dentre outras. 2.8.1. pela natureza do objeto, por não ser possível definir previamente a ocasião e o quantitativo a ser demandado pela administração. Da Vigência da Ata de Registro de Preços 2.9. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período desde que comprovado que o preço é vantajoso. 2.9.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida nos termos da Lei federal nº 14.133, de 2021. 2.9.2. No ato de prorrogação da vigência da ARP poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, caso em que deverá constar no ato o prazo a ser prorrogado e o quantitativo a ser renovado. Identificação dos itens, quantidades e unidades: 3.1. Os medicamentos fazem parte da lista do CEAF, padronizados pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS de Consolidação nº 2 e suas atualizações, de 28/09/2017, e/ou padronizados pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), foram descritos utilizando a Denominação Comum Brasileira (DCB) - denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo aprovada pelo órgão federal responsável pela vigilância sanitária. 3.2. A estimativa da quantidade a ser contratada é justificada nos termos deste ETP, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021. A descrição com o respectivo quantitativo a ser contratado está apresentado abaixo: Justificativa de quantitativo: Metodologia de definição das quantidades: Cálculo Quantidade Estimada: * CMM = Consumo Médio Mensal, Conforme relatórios anexos. ** Acréscimo = Reserva Técnica de segurança para eventual aumento na demanda. Item MEDICAMENTO Unidade Grupo *CMM Consumo Anual **Acréscimo Total Anual Total Mensal OBS CM ANO 1 Ácido Ursodesoxicólico 150 mg - Comp comp. 1B 1.185 14.220 7.110 21.330 1.778 2.023 2 e 3 Ácido Ursodesoxicólico 300 mg - Comp comp. 1B 23.100 277.200 138.600 415.800 34.650 2.023 4 e 5 Aripiprazol 15 mg - comp comp. SES 15.975 191.700 95.850 287.550 23.963 2.023 6 e 7 Brometo de Glicopirrônio 12,5 mcg + Dipropionato de Beclometasona 100 mcg + Fumarato de Formoterol Di-Hidratado 6 mcg / dose - Solução Aerossol Inalatória Oral - Frasco c/ 120 doses + Disp. Inal. Frs SES 786 9.432 9.432 18.864 1.572 Acréscimo de 100% em virtude do consumo não ter se estabilizado. 2.024 8 e 9 Brometo de Tiotrópio Monohidratado 2,5 mcg + Cloridrato de Olodaterol 2,5 mcg / dose - Solução para inalação - Frasco 4 mL c/ 60 doses + Inal. Frs 1B 1.076 12.912 6.456 19.368 1.614 2.024 10 Brometo de Umeclidínio 62,5 mcg + Trifenatato de Vilanterol 25 mcg / dose - Pó inalante - Frasco c / 30 doses Frs 1B 716 8.592 4.296 12.888 1.074 2.024 11 e 12 Brometo de Umeclidínio 62,5 mcg + Vilanterol 25 mcg + Fluticasona 100 mcg- Pó para inalação - Frasco c/ 30 doses + Disp. Inal. Frs SES 1.724 20.688 10.344 31.032 2.586 2.024 13 Brometo de Umeclidínio 62,5 mcg/dose - Pó Inal. Strip c/ 30 doses + Inalador Frs SES 461 5.532 2.766 8.298 692 2.024 14 Denosumabe 120 mg/1,7 ml sol. Inj. - Frasco ampola FA SES 400 800 800 1.600 133 Medicamento incorporado por meio da Portaria nº 696, de 30/03/2022 - PCDT Estadual. Estimou-se o consumo para 400 pacientes. 15 Eltrombopague Olamina 25 mg - comp comp. 1B 4.544 54.528 27.264 81.792 6.816 2.024 16 Eltrombopague Olamina 50 mg - comp comp. 1B 7.101 85.212 42.606 127.818 10.652 2.024 17 e 18 Enoxaparina Sódica 40 mg sol. inj. - Ser preenc. Ser preenc.. 1A 9.191 36.764 0 36.764 3.064 Medicamento para tratamento de Tromboembolismo Venoso em Gestantes com Trombofilia, registro para atender eventual falta do mesmo, bem como atender demandas judiciais. 2.023 19 e 20 Levetiracetam 750 mg - comp comp. 1A 66.465

265.860 0 265.860 22.155 Medicamento para tratamento de Epilepsia, registro para atender eventual falta do mesmo, bem como atender demandas judiciais 2.024 seguem abaixo os critérios e metodologias adotados para determinação dos quantitativos a serem contratados: Nº de pacientes por patologia e medicamentos (nos medicamentos recém incorporados); Consumo médio mensal; Consumo médio mensal, de acordo com os "Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas", específicos para cada patologia e, ainda, conforme anexo nº IV previsto na Portaria GM/MS de Consolidação nº 2 e suas atualizações, de 28/09/2017; Aumento na demanda, levando em consideração um determinado período e/ou possível incremento na demanda; Elaboração e constante revisão de Programação para os medicamentos padronizados pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica – CEAF, na forma da Portaria GM/MS de Consolidação nº 2 e suas atualizações, de 28/09/2017; Em cada elenco de medicamentos, para tratamento de determinada patologia, existem várias apresentações farmacêuticas preconizadas nas Diretrizes Terapêuticas do Programa. Na eventual falta de alguma apresentação farmacêutica, para tratamento farmacológico de uma determinada patologia, consideramos uma possível migração de pacientes entre as apresentações farmacêuticas disponíveis; Eventual atendimento às demandas geradas por Mandados Judiciais, sobretudo nos casos de pacientes não contemplados no Programa do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica; Salientamos que os recursos financeiros advindos do Ministério da Saúde são repassados aos estados responsáveis pela programação (definição da quantidade a ser adquirida), aquisição, distribuição e dispensação destes medicamentos aos pacientes cadastrados, obedecendo às linhas de cuidado definidas pelos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT's preconizados pelo Ministério da Saúde e/ou pelas Secretarias Estaduais de Saúde. Os PCDT's têm o objetivo de estabelecer os critérios de diagnóstico de cada doença, de inclusão e exclusão de pacientes ao tratamento, as doses corretas dos medicamentos indicados, bem como os mecanismos de controle. A

execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica realizada pela CEMAC obedece ao Ciclo (Seleção, Programação, Aquisição, Armazenamento, Distribuição e Dispensação) preconizado na Política Nacional de Assistência Farmacêutica, Política Nacional de Medicamentos, Portaria GM/MS de Consolidação nº 2 e suas atualizações, de 28/09/2017, visando sempre proporcionar o acesso da população aos medicamentos. SEÇÃO 4 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO 4.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes: Item MEDICAMENTO Unida-de Consumo Estimado mensal Consumo Estimado Anual Preço Unitário - * PMVG ou ** BPS Preço Estimado Mensal PMVG ou BPS Preço Estimado Anual PMVG ou BPS 1 Ácido Ursodesoxicólico 150 mg – Comp (Exclusivo ME/EPP) Comp 1.778 21.330 R\$ 0,82 R\$ 1.457,55 R\$ 17.490,60 2 Ácido Ursodesoxicólico 300 mg – Comp Comp 25.987 311.844 R\$ 1,42 R\$ 36.901,54 R\$ 442.818,48 3 Ácido Ursodesoxicólico 300 mg – Comp (COTA ME/EPP) Comp 8.663 103.956 R\$ 1,42 R\$ 12.301,46 R\$ 147.617,52 4 Aripiprazol 15 mg - comp Comp 17.971 215.652 R\$ 0,65 R\$ 11.681,15 R\$ 140.173,80 5 Aripiprazol 15 mg - comp (COTA ME/EPP) Comp 5.991 71.892 R\$ 0,65 R\$ 3.894,15 R\$ 46.729,80 6 Brometo de Glicopirrônio 12,5 mcg + Dipropionato de Beclometasona 100 mcg + Fumarato de Formoterol Di-Hidratado 6 mcg / dose - Solução Aerossol Inalatória Oral - Frasco c/ 120 doses + Disp. Inal. Fr 1.179 14.148 R\$ 146,30 R\$ 172.487,70 R\$ 2.069.852,40 7 Brometo de Glicopirrônio 12,5 mcg + Dipropionato de Beclometasona 100 mcg + Fumarato de Formoterol Di-Hidratado 6 mcg / dose - Solução Aerossol Inalatória Oral - Frasco c/ 120 doses + Disp. Inal. (COTA ME/EPP) Fr 393 4.716 R\$ 146,30 R\$ 57.495,90 R\$ 689.950,80 8 Brometo de Tiotrópio Monoidratado 2,5 mcg + Cloridrato de Olodaterol 2,5 mcg / dose - Solução para inalação - Frasco 4 mL c/ 60 doses + Inal. Fr 1.210 14.520 R\$ 235,79 R\$ 285.305,90 R\$ 3.423.670,80 9 Brometo de Tiotrópio Monoidratado 2,5 mcg + Cloridrato de Olodaterol 2,5 mcg / dose - Solução para inalação - Frasco 4 mL c/ 60 doses + Inal. (COTA ME/EPP) Fr 404 4.848 R\$ 235,79 R\$ 95.259,16 R\$ 1.143.109,92 10 Brometo de Umeclidínio 62,5 mcg + Trifenatato de Vilanterol 25 mcg / dose - Pó inalante - Frasco c / 30 doses Fr 1.074 12.888 R\$ 138,70 R\$ 148.963,80 R\$ 1.787.565,60 11 Brometo de Umeclidínio 62,5 mcg + Vilanterol 25 mcg + Fluticasona 100 mcg- Pó para inalação - Frasco c/ 30 doses + Disp. Inal. Fr 1.939 23.268 R\$ 151,37 R\$ 293.506,43 R\$ 3.522.077,16 12 Brometo de Umeclidínio 62,5 mcg + Vilanterol 25 mcg + Fluticasona 100 mcg- Pó para inalação - Frasco c/ 30 doses + Disp. Inal. (COTA ME/EPP) Fr 647 7.764 R\$ 151,37 R\$ 97.936,39 R\$ 1.175.236,68 13 Brometo de Umeclidínio 62,5 mcg/dose – Pó Inal. Strip c/ 30 doses + Inalador Strip 692 8.298 R\$ 125,48 R\$ 86.769,42 R\$ 1.041.233,04 14 Denosumabe 120 mg/1,7 ml sol. Inj. - Frasco ampola F/A 133 1.600 R\$ 1.401,79 R\$ 186.905,33 R\$ 2.242.864,00 15 Eltrombopague Olamina 25 mg - comp Comp 6.816 81.792 R\$ 116,95 R\$ 797.131,20 R\$ 9.565.574,40 16 Eltrombopague Olamina 50 mg - comp Comp 10.652 127.818 R\$ 233,92 R\$ 2.491.598,88 R\$ 29.899.186,56 17 Enoxaparina Sódica 40 mg sol. inj. - Ser preenc. Ser 2.297 27.564 R\$ 16,55 R\$ 38.015,35 R\$ 456.184,20 18 Enoxaparina Sódica 40 mg sol. inj. - Ser preenc. (COTA ME/EPP) Ser 766 9.192 R\$ 16,55 R\$ 12.677,30 R\$ 152.127,60 19 Levetiracetam 750 mg - comp Comp 16.616 199.392 R\$ 1,64 R\$ 27.250,24 R\$ 327.002,88 20 Levetiracetam 750 mg - comp (COTA ME/EPP) Comp 5.539 66.468 R\$ 1,64 R\$ 9.083,96 R\$ 109.007,52 TOTAL GERAL: R\$ 4.866.622,81 R\$ 58.399.473,76 OBS: * Preço Máximo de Venda ao Governo - PMVG. ** Banco de Preços em Saúde - BPS. Nenhum item consta no convênio ICMS 87/02 - CONFAZ. Todos os itens estão sujeitos à aplicação do CAP. 4.2. O preço total estimado da contratação é R\$ 58.399.473,76 (cinquenta e oito milhões, trezentos e noventa e nove mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos), conforme pesquisa de preços realizada em conformidade ao Art. 5º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 07/07/2021. 4.3. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base nos parâmetros e calculado em conformidade com o Art. 5º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 07/07/2021, cujo documento de Orçamento Estimado, que contém memória de cálculo, será anexado aos autos da contratação, indicando os parâmetros, a metodologia e os preços referenciais utilizados no cálculo estimativo. SEÇÃO 5 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO 5.1. Para a contratação pretendida foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021. 5.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto por Item. 5.3. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitante, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. SEÇÃO 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 6.1. Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os seguintes: Requisitos mínimos de qualidade: 6.2. A presente contratação deverá atender, incluindo os requisitos mínimos do Termo de Referência, a proposta mais vantajosa mediante competição, zelando-se sempre pela contratação da melhor qualidade possível com o menor preço. A descrição dos requisitos no Termo de Referência deve se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade, garantindo-se a competitividade da contratação e a maior eficiência possível. Requisitos normativos e legais: 6.3 - Todos os Medicamentos, nacionais ou importados, deverão ser entregues contendo rótulos e bulas com todas as informações sobre eles, em língua portuguesa, ou seja, nome genérico, concentração, número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico e número do registro no Ministério da Saúde, nos termos do Decreto Federal nº 3.181, de 23 de setembro de 1.999. 6.4 - As embalagens de transporte devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo etc.) e os dados constantes na sua identificação externa deverão corresponder ao seu conteúdo interno (produto, quantidade etc.). 6.5 – A empresa interessada no Registro de Preços de Medicamentos da SES-GO deve apresentar TODOS os documentos indicados a seguir, para fins de análise e emissão de Parecer Técnico: 6.5.1 - Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa licitante tal como exigido pela Lei Federal nº 6.360/76, Lei Federal nº 5.991/73, Lei Federal nº 9.782/99, Decreto Federal nº 8.077/2013, Decreto Federal nº. 74.170/74, Portaria GM/MS nº 2.814 de 29/05/98 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Alvará Sanitário poderá ser apresentado na forma de Certificado expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, bem como por cópia da publicação no Diário Oficial Estadual ou Municipal; 6.5.1.1 – Caso o prazo de validade do Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de

Funcionamento) da empresa licitante esteja vencido, deverá ser apresentado o Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) vencido, sendo acompanhado do pedido de revalidação (protocolo) requerido até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência, na forma do artigo 22º, Parágrafos 1º e 2º do Decreto Federal nº. 74.170 de 10 de junho de 1974;

6.5.2 - Autorização de Funcionamento - AFE da empresa licitante, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76, Decreto Federal nº. 8.077/2013, Lei Federal nº. 9.782/99, Portaria GM/MS nº 2.814 de 29/05/1998 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie;

6.5.2.1 - Quando se tratar de medicamento constante na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, aprovadas pela Portaria SVS/MS nº 344 de 12/05/1998 com suas atualizações e a Portaria SVS/MS nº 06 de 29/01/1999, também deve ser apresentado a Autorização Especial - AE da empresa licitante;

6.5.3. - Registro do Medicamento emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, o qual poderá ser apresentado na forma de “consulta de Medicamentos” retirada no site da ANVISA, ou cópia da publicação no “Diário Oficial da União” relativa ao registro do Medicamento, conforme Portaria GM/MS nº 2.814 de 29/05/1998 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie;

6.5.3.1 - Caso o Registro do Medicamento esteja com prazo de validade vencido, deverá ser apresentado o Registro vencido ou cópia da publicação no “DOU”, acompanhado do pedido de revalidação (protocolo/petição), requerido com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data do vencimento do Registro, na forma do Artigo 8º, Parágrafos 2º e 3º do Decreto Federal nº

8.077/2013. Apresentar também cópia da “consulta a situação de documentos” retirada no site da ANVISA impresso na semana da abertura da sessão do pregão, a fim de comprovar que o pedido de renovação ainda está sendo analisado pela ANVISA;

6.5.3.2 - Quando se tratar de produtos dispensados de registro deve-se apresentar o ato que o isenta;

6.5.4 – Na proposta de preços deve conter descrição precisa do objeto, indicando a marca (empresa detentora do Registro do Medicamento), nome comercial ou especificar medicamento genérico, empresa fabricante, conter número completo do registro no Ministério da Saúde (inclusive contemplando os dígitos finais correspondentes à especificação da apresentação farmacêutica) e serem discriminados os múltiplos de embalagens (Decreto Estadual nº 7.426, de 16 de agosto de 2011), bem como os demais elementos indispensáveis a sua caracterização, em consonância com a planilha de especificações.

SEÇÃO 7 - LEVANTAMENTO DE MERCADO Análise de Mercado: 7.1. Exceto nos medicamentos: Ácido Ursodesoxicólico 150 mg, Ácido Ursodesoxicólico 300 mg, Aripiprazol 15 mg, Brometo de Glicopirrônio 12,5 mcg + Dipropionato de Beclometasona 100 mcg + Fumarato de Formoterol Di-Hidratado 6 mcg / dose, Brometo de Tiotrópio Monoidratado 2,5 mcg + Cloridrato de Olodaterol 2,5 mcg / dose, Brometo de Umeclidínio 62,5 mcg + Vilanterol 25 mcg + Fluticasona 100 mcg, Enoxaparina Sódica 40 mg e Levetiracetam 750 mg, não foram identificados, no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos, enquadrados como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - ME/EPP, sediadas local ou regionalmente, que comercializam esses fármacos, e/ou capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Tradicionalmente, pelo valor total do procedimento, e por se tratarem de medicamentos de alto valor agregado, são os próprios fabricantes ou grandes distribuidores que participam da licitação, e estes não são enquadrados como ME/EPP. 7.1.1 Entende-se que o número reduzido dessas empresas torna inviável a competição na cota reservada para elas, não havendo concorrência normal entre as ME/EPP, correndo sérios riscos da licitação resultar em preços superiores ao preço de mercado, ou acima da Estimativa de Preços, levando ao fracasso da licitação. Também, por poder representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, por perda de economia de escala, possibilidade de preços diferenciados entre as cotas, verifica-se não ser vantajoso para a Administração tal procedimento. 7.2. Portanto, a licitação não deverá ser destinada exclusivamente para ME/EPP e nem deverão ser estabelecidas reservas de cotas, exceto nos medicamentos citados acima.

SEÇÃO 8 - RESULTADOS PRETENDIDOS 8.1. Considerando que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, são apontados os resultados pretendidos, em termos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como de desenvolvimento nacional sustentável.

SEÇÃO 9 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS 9.1. Tendo em vista a natureza do objeto que se pretende contratar, é necessário que o Fornecedor, no âmbito de suas atividades, atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância das boas práticas e das normas pertinentes.

SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO 10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação. AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução: Fornecimento de Bens e Materiais -

Contratações - processo com modelos adaptados às peculiaridades da SES informada neste Estudo Técnico Preliminar, mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação e o adequado atendimento às demandas apresentadas. Além do mais, os custos previstos são compatíveis e atendem à economicidade; os riscos envolvidos são administráveis; e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos. Assim sendo, a Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021 e no Decreto Estadual nº 10.207 de janeiro de 2023. EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE ETP: Responsável Função Telefone Email VIVIANE DE CÁSSIA TRONCHA MARTINS Integrante Requisitante 64 32017447 viviane.martins@goias.gov.br VIVIANNE VIEIRA DE MELO Integrante Técnico 62 32017445 vivianne.melo@goias.gov.br JONATAS GONCALVES BOAVENTURA Integrante Técnico 62 32017439 jonatas.boaventura@goias.gov.br

Versão do Doc. Padrão0.01